

elvio iqh

Bem diferente de Bizâncio

Eduardo Balduíno

Os habitantes de Bizâncio, lembra-nos o articulista Márcio Moreira Alves, do jornal **O Globo**, eram fanáticos por corridas de bigas, charretes puxadas por dois cavalos, e por transientes discussões sobre anjos. E, quando os turcos otomanos sitiaram a cidade, os bizantinos cuidaram, como se nada ameacasse, do sexo de seus anjos, e de seus cavalos. A cidade ruiu e quase toda a população foi passada ao fio da espada. Os brasilienses não. Estamos todos aí na defesa de nossa autonomia política, conquistada palmo a palmo em luta que vem de meados dos anos 70, em pleno regime militar.

Começamos a votar em 1986 — 732 mil 780 eleitores inscritos no TRE — para os primeiros representantes no Congresso Nacional. Na primeira eleição direta para presidente da República depois da ditadura, em 1989, já éramos 857 mil 330 brasilienses aptos a votar. Na Constituição de 1988 nos foi reconhecido finalmente o direito à representação política local, exercido em 1990, quando elegemos os 24 deputados distritais da Câmara Legislativa do DF e renovamos a nossa representação na Câmara dos Deputados e no Senado. O TRE registrava, então, 893 mil 659 títulos de eleitor no DF. Ano passado, para o Plebiscito, Brasília tinha mais eleitores: 908 mil 429. Ao contrário de qualquer outra cidade no País, o número de cidadãos aptos a votar aumenta a cada pleito em Brasília, sendo que da primeira eleição para a Câmara Legislativa até hoje, quando nos credenciamos para o 3 de outubro, mais 64 mil brasilienses tiraram o seu título de eleitor — atualmente somamos cerca de 950 mil eleitores, número que poderá mudar até o prazo final de inscrição junto ao Tribunal Regional Eleitoral, em 31 de maio.

Esse quase milhão de brasilienses tem um motivo muito forte de orgulho, e de luta. A Câmara Legislativa do Distrito Federal, mais que sua representação política, é o símbolo maior da própria democracia brasileira — “uma cidade sem voto é uma cidade cassada”, sentencia Tancredo Neves. E o único voto do

doutor Ulysses Guimarães na Constituinte foi para a nossa Câmara. Depois de anos sem seus plenos direitos de cidadão, foi o brasileiro de Brasília que ergueu a sua casa do Poder Legislativo, a primeira depois de cassados todos os brasileiros.

É certo que a casa do povo de Brasília nasceu sob a égide de um governo populista, cuja filosofia se faz refletir na sua formação. Mas é certo também que a Câmara Legislativa detém o privilégio de iniciar a sua jornada em meio à maior revolução moral que as nossas instituições políticas já viveram. Não temos vícios; nosso pecado é venial; nossa prática democrática é de ultíssima geração.

Segundo pesquisa recente de instituto especializado, mais da metade dos eleitores de Brasília exige a manutenção da sua autonomia política, da Câmara Legislativa; no universo pesquisado, são os jovens, entre 16 e 29 anos de idade, que mais defendem a Câmara. Eles formam a primeira geração brasiliense, com sotaque próprio, sem as características regionais de seus pais, e é sobre eles, especialmente, que paira a ameaça absurda de cassação de direitos políticos, da sua cidadania. É a geração que pintou a cara para ir às ruas exigindo moralidade no trato à coisa pública, levantando sua voz contra modelos ultrapassados de ser governo e de praticar política. O resultado da citada pesquisa indica uma participação maciça dessa juventude nas eleições de outubro próximo.

Se o Congresso Nacional se expõe para tratar de mazelas de cem anos de República, não podem os seus membros buscar no fim da autonomia política de Brasília paliativo para sua consciência. O Brasil teve toda uma geração frustrada em seu direito de cidadão pela revolução de 1964. O Congresso não tem o direito de fazer o mesmo com Brasília. Até porque Brasília não é Bizâncio, embora alguns de seus hóspedes instalados no Congresso queiram passar, no caso específico, por turcos otomanos.

■ Eduardo Balduíno é jornalista